

Centrais Eólicas Angico S.A.

Demonstrações financeiras
referentes ao exercício findo em
31 de dezembro de 2017 e
Relatório do Auditor Independente

ÍNDICE

BALANÇO PATRIMONIAL.....	6
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO.....	7
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE.....	8
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	9
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
1. INFORMAÇÕES GERAIS	11
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	12
3. IMOBILIZADO	16
4. FORNECEDORES.....	16
5. TRIBUTOS A RECOLHER	16
6. CONTAS A PAGAR – CCEE	17
7. PARTES RELACIONADAS.....	17
8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18
9. DESPESAS (RECEITAS)	19
10. RESULTADO FINANCEIRO.....	19
11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	19
12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	20
13. COBERTURA DE SEGUROS.....	21
14. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA	21
15. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	21

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Centrais Eólicas Angico S.A.
Caetité – BA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras Centrais Eólicas Angico S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Centrais Eólicas Angico S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos atenção para a nota 1 às demonstrações financeiras, que indica que, em 31 de dezembro de 2017, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$ 2.299 mil e, nessa data, a Companhia apresentou prejuízos acumulados de R\$ 21.842 mil. Além disto, a Companhia depende da obtenção de recursos para cumprir com os compromissos de construção dos parques eólicos, bem como para liquidar suas obrigações de curto prazo. Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na nota 1, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade normal das operações da Companhia, e não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificações de valores de ativos, ou mesmo quanto aos valores e a classificação de passivos, que seriam requeridos na impossibilidade da Companhia continuar operando. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Centrais Eólicas Angico S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas, por outro auditor independente que emitiu relatório em 12 de maio de 2017, com opinião sem modificação e contendo a mesma ênfase referente a incerteza relevante relacionada a continuidade operacional da Companhia.

Aprovação das demonstrações financeiras e destinações de lucros do exercício anterior

As demonstrações financeiras da Centrais Eólicas Angico S.A. do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 bem como as destinações do resultado daquele exercício, não foram aprovadas em Assembleia Geral Ordinária, conforme previsto no artigo 132 da Lei das Sociedades Anônimas (Lei 6.404/76). As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram preparadas no pressuposto de que apesar da ausência da aprovação em Assembleia Geral Ordinária, as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, bem como as destinações do resultado daquele exercício, foram aprovadas pela Administração em 12 de maio de 2017.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 05 de outubro de 2018

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP 015.199/O-6



Shirley Nara S. Silva
Contadora CRC-1BA 022.650/O-0

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	4	10	Fornecedores	4	1.135	1.484
Tributos a recuperar	21	21	22	Tributos a recolher	5	285	82
Despesas antecipadas	52	52	-	Contas a pagar - CCEE	6	968	714
Outros créditos	32	32	1	Partes relacionadas	7	20	201
Total do ativo circulante		<u>109</u>	<u>33</u>	Total do passivo circulante		<u>2.408</u>	<u>2.481</u>
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	3	<u>30.262</u>	<u>34.758</u>	Fornecedores	4	28	176
Total do ativo não circulante		<u>30.262</u>	<u>34.758</u>	Contas a pagar - CCEE	6	29	29
				Partes relacionadas	7	2.288	245
				Total do passivo não circulante		<u>2.345</u>	<u>450</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	8	23.542	22.396
				Reserva de capital		23.918	23.301
				Prejuízos acumulados		(21.842)	(13.837)
				Total do patrimônio líquido		<u>25.618</u>	<u>31.860</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>30.371</u></u>	<u><u>34.791</u></u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>30.371</u></u>	<u><u>34.791</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/2017	31/12/2016
DESPESAS (RECEITAS)			
Gerais e administrativas		(213)	(145)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	3, 9	(7.470)	(12.456)
Outras receitas (despesas) líquidas		1.498	(688)
	9	<u>(6.185)</u>	<u>(13.289)</u>
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO			
		<u>(6.185)</u>	<u>(13.289)</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras		29	-
Despesas financeiras		<u>(1.849)</u>	<u>(186)</u>
Total	10	<u>(1.820)</u>	<u>(186)</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO			
		<u>(8.005)</u>	<u>(13.475)</u>
Prejuízo básico e diluído por ação (expressos em reais - R\$)	8.3	(0,17)	(0,60)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Prejuízo do exercício	(8.005)	(13.475)
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(8.005)</u>	<u>(13.475)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social</u>	<u>Reserva de capital</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		305	-	(362)	(57)
Aumento de capital		22.091	23.301	-	45.392
Prejuízo do exercício		-	-	(13.475)	(13.475)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	8	<u>22.396</u>	<u>23.301</u>	<u>(13.837)</u>	<u>31.860</u>
Aumento de capital	8.2	1.146	617	-	1.763
Prejuízo do exercício		-	-	(8.005)	(8.005)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	8	<u>23.542</u>	<u>23.918</u>	<u>(21.842)</u>	<u>25.618</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2017	31/12/2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do exercício		(8.005)	(13.475)
Ajustes para reconciliar prejuízo do exercício com o caixa aplicado nas atividades operacionais:			
Multa sobre ressarcimento	6.1	871	684
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	3	7.470	12.456
Juros sobre contas a pagar		1.273	-
Perdão da dívida	9	(2.748)	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Tributos a recuperar		1	(1)
Outros créditos		(31)	(1)
Despesas antecipadas		(52)	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(452)	-
Tributos a recolher		203	(2)
Pagamentos Contas a pagar - CCEE	6.1	(617)	(95)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		<u>(2.087)</u>	<u>(434)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado	3, 14	(204)	(1.322)
Pagamento de imobilizado adquirido em anos anteriores		(23)	(1.521)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>(227)</u>	<u>(2.843)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Partes relacionadas - ingresso		2.308	3.262
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>2.308</u>	<u>3.262</u>
REDUÇÃO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(6)</u>	<u>(15)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		10	25
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		4	10
REDUÇÃO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(6)</u>	<u>(15)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Centrais Eólicas Angico S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado controlada diretamente pela Diamantina Eólica Participações S.A. (“Diamantina”) e que faz parte do Complexo Eólico Alto Sertão III, do Grupo Renova que representa as Companhias sob controle direto ou indireto da Renova Energia S.A. (holding final do “Grupo Renova”). A Companhia foi constituída em 13 de agosto de 2013 e tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico Angico, localizado no Estado da Bahia e atualmente encontra-se em fase pré-operacional.

Em regime de autorização, terá toda a sua produção contratada com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), no âmbito do Leilão de Reserva – 2013 (“LER 2013”). Segundo Portaria nº 111 da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), o período de autorização da Companhia é de 35 anos a partir de 19 de março de 2014.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia incorreu em prejuízo de R\$8.005, possui prejuízos acumulados de R\$21.842 e passivos circulantes em excesso aos ativos circulantes no montante de R\$2.299 (2016, R\$2.448) e apresenta necessidade de obtenção de capital para cumprir com os seus compromissos para conclusão da obra de construção do parque eólico.

Os principais motivos para esse cenário são: i) investimentos relevantes na construção do parque e ii) durante o exercício a Companhia reconheceu provisão para *impairment* de ativo imobilizado em curso, no montante de R\$7.470 (2016, R\$12.456), (nota 3).

Para reverter esse cenário, durante o exercício de 2017, a Renova Energia executou diversas ações, dentre elas a captação de recursos para pagamento de fornecedor via venda de determinados ativos e está elaborando um Novo Plano de Reestruturação visando equacionar a estrutura de capital e honrar os compromissos da Renova Energia e suas controladas, o que inclui a Companhia.

1.1 Comercialização de energia

Em 21 de outubro de 2014, a Companhia assinou contrato de comercialização de energia no ambiente regulado – CCEAR, na modalidade disponibilidade de energia elétrica, com a CCEE, por meio do qual, venderá toda sua produção de energia elétrica passível de ser contratada, por um prazo de 20 (vinte) anos, contados desde 1 de setembro de 2015.

Valor original do Contrato	Valores			Prazo			
	Energia anual contratada (MWh)	Preço histórico MWh	Preço atualizado MWh	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
76.101	34.164	111,30	144,97	set/15	ago/35	Índice de correção IPCA	setembro

A capacidade de produção instalada do parque eólico Angico é de 8,10 MWh^(*).

(*) Informação não examinada pelos auditores independentes.

1.2 Operação comercial

Os contratos de Energia de Reserva estabelecem que os parques eólicos que comercializaram energia no LER 2013 deveriam entrar em operação comercial em 1º de setembro de 2015, contudo o mesmo está atrasado e com previsão de entrada em operação condicionada a

entrada de recursos financeiros, prevista para ocorrer até o final do segundo semestre de 2018. Conforme contrato, o efetivo pagamento da receita fixa está condicionado à entrada em operação comercial do parque, devendo os recursos financeiros associados a esse pagamento ficarem retidos na CONER (conta de energia de reserva) os quais serão considerados quando da apuração das diferenças entre a energia gerada e a contratada (nota 6).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela administração em sua gestão das atividades da Companhia.

2.2. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo exceto quando indicado, foram aprovadas pela Administração em 05 de outubro de 2018.

2.3. Base de elaboração, mensuração e resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

2.3.1. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Categoria de instrumentos financeiros

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Abaixo demonstramos as categorias de instrumentos financeiros aplicáveis à Companhia.

a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações financeiras, sendo as variações reconhecidas no resultado. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o caixa e equivalentes está classificado nesta categoria.

b) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. A Companhia possui classificado nesta categoria para 31 de dezembro de 2017:

- Caixa e equivalentes de caixa; e
- Transações com partes relacionadas (nota 7).

c) Outros passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Companhia compreendem:

- Fornecedores (nota 4); e
- Contas a pagar – CCEE (nota 6).

d) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

2.3.2. Ativo imobilizado

2.3.2.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas para redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

O custo dos ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicado, e custos e juros de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

2.3.2.2 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

2.3.3. Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda.

2.3.4. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.4. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetem os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos, inclusive na evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto à essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos ou exercícios futuros. Os principais julgamentos, estimativas e premissas utilizados para a elaboração dessas demonstrações financeiras estão listados a seguir:

2.4.1. Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor recuperável de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável calculado de um ativo (ou unidade geradora de caixa) for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.5 Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações aos pronunciamentos técnicos, emitidos pelo CPC que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis findos em ou após 1º de janeiro de 2017.

a) Em vigor a partir de janeiro de 2017:

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>
Alterações ao CPC 32 – Impostos sobre receitas	Esclarece o reconhecimento de impostos diferidos sobre a renda para perdas não realizadas em determinadas circunstâncias.
Alterações ao CPC 03 – Fluxo de Caixa	Melhorias quanto a avaliação de passivos que devem ser refletidos em atividades de financiamento.
Alterações ao CPC 45 - Divulgação de Participações em outras Entidades	Ciclos de melhorias anuais 2015 – 2

A aplicação dessas melhorias não resultou em impactos nas divulgações ou nas demonstrações financeiras da Companhia.

b) Em vigor para os períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2018

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>
CPC 48 – Instrumentos financeiros	inclui novos modelos para a classificação e mensuração de ativos/passivos financeiros e de perdas esperadas para ativos financeiros e contratuais, além de novos requisitos sobre a contabilização de hedge.
CPC 47 – Receita de contratos com clientes	estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes.

A Companhia avaliou e entende que não há impactos significativos em seu balanço e/ou resultado financeiro na aplicação dos requisitos de classificação e mensuração do CPC 48, nem no reconhecimento das receitas exigidas pelo CPC 47.

c) Em vigor para os períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2019

CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil

CPC 06 (R2) foi emitido em janeiro de 2016, e estabelece os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que seja demonstrado nas demonstrações financeiras, de forma clara, as operações de arrendamento mercantil. Para atingir esse objetivo o locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento.

Embora ainda esteja avaliando, a Companhia entende que essa alteração poderá trazer impacto significativo nas suas operações, uma vez que possui contrato de arrendamento referente ao terreno onde está sendo instalado o parque eólico.

3. IMOBILIZADO

	Saldo em 31/12/2015	Adições	Saldo em 31/12/2016	Adições	Reclassificações entre rubricas (*)	Saldo em 31/12/2017
Imobilizado em curso						
Geração						
Terrenos	248	-	248	6	-	254
Edificações, obras civis e benfeitorias	5.717	1	5.718	9	-	5.727
Torres de medição	16	-	16	9	-	25
A ratear	1.889	3.566	5.455	1.682	-	7.137
Aerogeradores	17.365	4.023	21.388	1.330	10.372	33.090
Equipamentos de subestação	3.913	103	4.016	-	(61)	3.955
Adiantamentos a fornecedores	10.263	110	10.373	-	(10.373)	-
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	-	(12.456)	(12.456)	(7.470)	-	(19.926)
Total do imobilizado	39.411	(4.653)	34.758	(4.434)	(62)	30.262

(*) Efeito da conciliação de fornecedores no exercício.

Dentre os investimentos incorridos estão valores para a compra de aerogeradores, obras civis e gastos diversos com a construção do parque.

A Companhia procedeu para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a revisão do valor recuperável de seu ativo imobilizado e reconheceu uma perda por redução ao valor recuperável no montante de R\$7.470 (2016, R\$12.456), a qual foi registrada no resultado do exercício.

A perda foi calculada substancialmente com base nas premissas financeiras e comerciais presentes na transação de venda, que estava sendo negociada pela controladora indireta Renova Energia (nota 15).

4. FORNECEDORES

	31/12/2017	31/12/2016
Circulante	1.135	1.484
Não circulante	28	176
Total	1.163	1.660

Os saldos de fornecedores em 31 de dezembro de 2017 referem-se, principalmente, a valores a pagar a fornecedores de equipamentos e materiais para a construção do parque eólico. Inclui negociação com fornecedores segregados entre circulante e não circulante, conforme cronograma definido em contrato, bem como encargos financeiros quando aplicável.

5. TRIBUTOS A RECOLHER

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
COFINS a recolher	168	-
PIS a recolher	37	-
Tributos retidos de terceiros	<u>80</u>	<u>82</u>
Total	<u><u>285</u></u>	<u><u>82</u></u>

Os saldos dos tributos a recolher aumentaram em função do reconhecimento do perdão de dívida mencionado na nota 9.

6. CONTAS A PAGAR – CCEE

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Circulante	968	714
Não circulante	<u>29</u>	<u>29</u>
Total	<u><u>997</u></u>	<u><u>743</u></u>

O contrato de Energia de Reserva celebrado entre a Companhia e a CCEE estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada.

O ressarcimento por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância – 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% do preço de venda vigente, conforme expresso no referido contrato. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância – 10% de geração serão ressarcidos em 12 parcelas após possíveis compensações com desvios positivos iniciando ao final do primeiro quadriênio contado a partir do início da operação comercial.

6.1 Movimentação:

<u>Saldo em</u> <u>31/12/2015</u>	<u>Multa sobre</u> <u>ressarcimento</u>	<u>Amortização</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2016</u>	<u>Multa sobre</u> <u>ressarcimento</u>	<u>Amortização</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2017</u>
<u>154</u>	<u>684</u>	<u>(95)</u>	<u>743</u>	<u>871</u>	<u>(617)</u>	<u>997</u>

7. PARTES RELACIONADAS

	<u>Passivo</u>		<u>Resultado</u>	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<u>Rateio de despesa^(a)</u>				
Renova Energia S.A.	20	201	(108)	(201)
<u>Adiantamento para futuro aumento de capital^(b)</u>				
Diamantina Eólica Participações S.A.	2.288	245	-	-
Total	<u><u>2.308</u></u>	<u><u>446</u></u>	<u><u>(108)</u></u>	<u><u>(201)</u></u>

- a) Rateio de despesa - refere-se a reembolso de despesas realizadas de forma centralizada pela controladora indireta Renova Energia que são rateadas e reembolsadas pelas controladas, essas despesas referem-se basicamente a gastos com pessoal, aluguel e telefonia.

- b) Adiantamento para futuro aumento de capital – refere-se ao recurso aportado pela Diamantina na Companhia, o qual foi integralizado ao capital social em 30 de abril de 2018.

REMUNERAÇÃO DO PESSOAL CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

A remuneração dos administradores da Companhia está centralizada na Renova Energia, e é rateada entre as controladas do grupo, conforme exposto no item (a) acima.

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

8.1. Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2017 é R\$ 23.542 (2016, R\$ 22.396) e está representado por 47.459.410 (2016, 45.697.374) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

8.2. Aumento de capital

Em 08 de dezembro de 2017, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou aumento de capital na Companhia no valor de R\$1.763, dos quais R\$ 1.146 foram destinados ao capital social, e R\$ 617 à reserva de capital, mediante a emissão de 1.762.036 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralizadas com a capitalização de (i) dos adiantamentos para futuro aumento de capital no valor de R\$446; e (ii) de créditos detidos pela acionista contra a Companhia em razão de ativo imobilizado transferido para a Companhia no valor de R\$ 1.317.

8.3. Prejuízo por ação

O prejuízo básico por ação é calculado por meio da divisão do prejuízo do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício. A Companhia não possui diluição de ações.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo dos prejuízos básico por ação para cada um dos exercícios apresentados na demonstração de resultados:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Prejuízo do exercício	(8.005)	(13.475)
Prejuízo básico e diluído por ação:		
Média ponderada das ações ordinárias disponíveis (em milhares)	<u>45.808</u>	<u>22.396</u>
Prejuízo por ação básico (em R\$)	<u>(0,17)</u>	<u>(0,60)</u>

9. DESPESAS (RECEITAS)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<u>Gerais e administrativas</u>		
Pessoal e administradores	95	16
Serviços de terceiros	75	88
Outras	43	41
	<u>213</u>	<u>145</u>
<u>Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado (nota 3)</u>	7.470	12.456
<u>Outras (receitas) despesas líquidas</u>		
Tust - Tarifa de uso do sistema de transmissão	177	-
Multa sobre ressarcimento (nota 6.1)	871	684
Perdão de dívida com fornecedor ⁽¹⁾	(2.532)	-
Outras receitas	(14)	4
	<u>(1.498)</u>	<u>688</u>
Total	<u>6.185</u>	<u>13.289</u>

(1) Perdão de dívida concedido pela GE, nos termos do item 2.3 do instrumento particular de confissão de dívida assinado em 18 de agosto de 2017, líquido de PIS e COFINS.

10. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receitas financeiras		
Atualização monetária	29	-
Despesas financeiras		
Juros	(1.753)	(186)
Fiança bancária(*)	(91)	-
Outras despesas financeiras	(5)	-
Total das despesas financeiras	<u>(1.849)</u>	<u>(186)</u>
Total	<u>(1.820)</u>	<u>(186)</u>

(*) Fianças bancárias pagas no âmbito do empréstimo ponte tomado junto ao BNDES pela controladora Diamantina, para construção do parque eólico.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia não apurou lucro tributável no exercício. Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possuía prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social a compensar, nos montantes do quadro a seguir para os quais não foram registrados tributos diferidos:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Prejuízo fiscal do exercício	(379)	-
Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados de exercícios anteriores	(746)	(746)
Total de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados	<u>(1.124)</u>	<u>(746)</u>

12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações junto com as contrapartes sejam feitas.

a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, partes relacionadas e fornecedores.

	Valor justo		Valor Contábil	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	10	4	10
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	1.135	1.484	1.135	1.484
Partes relacionadas	20	201	20	20
Não circulante				
Fornecedores	28	176	28	176
Partes relacionadas	2.288	245	2.288	245

b) Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2017		31/12/2016	
	Empréstimos e recebíveis	Outros ao custo amortizado	Empréstimos e recebíveis	Outros ao custo amortizado
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	10	-
Passivos Financeiros				
Circulante				
Fornecedores	-	1.135	-	1.484
Partes relacionadas	-	20	-	201
Não circulante				
Fornecedores	-	28	-	176
Partes relacionadas	-	2.288	-	245

c) Risco de Mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impactos a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

a) Risco de Liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentava capital circulante líquido negativo. A expectativa da Administração da Companhia é reverter esta situação conforme apresentado na nota 1.

13. COBERTURA DE SEGUROS

O quadro a seguir apresenta os principais valores em risco com coberturas de seguros da Companhia:

Objeto da Garantia	Importância Segurada	Vigência	
		Início	Fim
Garantia executante construtor (LER 2013)	R\$ 1.484.122	14/01/2018	28/11/2018

14. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante os exercícios de 2017 e 2016, a Companhia realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa, portanto as seguintes transações não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Nota explicativa	31/12/2017	31/12/2016
Aumento de capital com ativo imobilizado da controladora	3, 8	1.317	5.904
Capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital	8	446	39.488
Aquisição de ativo imobilizado - fornecedores	3	1.515	577

15. EVENTOS SUBSEQUENTES

Negociação de venda da Companhia

Conforme divulgado no fato relevante de 17 de julho de 2018, a Renova Energia recebeu de diversos investidores propostas não vinculantes para aquisição do Complexo Eólico Alto Sertão III do qual a Companhia é parte integrante, que estão em processo de due diligence.

* * *

Cristiano Corrêa de Barros
Diretor

Gina Abreu Batista dos Santos
Contadora CRC 027321-O-BA